

DO BRASIL AO CHILE: REFLEXÕES SOBRE A RESISTÊNCIA SECUNDARISTA LATINO-AMERICANA

Julia Rocha Clasen¹
Livian Lino Netto²
Aline Accorssi³

Resumo: Este trabalho busca refletir sobre o movimento de ocupação secundarista a partir da ação que ocorreu em dois momentos, em 2006 no Chile, com o movimento que ficou conhecido como Revolta dos Pinguins, e em 2016 no movimento nacional de ocupação das escolas brasileiras. Esses dois distintos momentos apresentam formas de ação e organização escolar que se demonstram semelhantes. Neste sentido, questionamos com este trabalho: quais as proximidades e possibilidades políticas decorrentes destes dois movimentos, a Revolta dos Pinguins no Chile (2006) e as Ocupações Secundárias no Brasil (2015 e 2016)? Compreendendo que o repertório político constituído pelos/as estudantes secundaristas no Brasil apresentam referências e formas de atuação que declaram a interligação com o movimento chileno na construção do seu repertório político. Constituindo assim uma resistência latino-americana que expressa também o aprendizado com o outro presente na luta das/os secundaristas. Por fim, concluímos que essas possibilidades políticas na relação entre ambos os movimentos têm um sentido conscientizador dos sujeitos e formativo de uma resistência que não é pontual, mas historicamente fundamentada e apresenta na atual conjuntura possibilidades de construir outros contextos.

Palavras-Chave: Movimento Estudantil Secundarista; Revolta dos Pinguins; Ocupações Secundaristas; América Latina; Conscientização.

Introdução

Esse trabalho tem a intenção de pensar o aprendizado com o outro, presente no movimento estudantil secundarista. Para isso, retomamos as ações coletivas que ocorreram em dois locais e, em momentos distintos, primeiro no Chile em 2006 e depois no Brasil nos anos de 2015 e 2016, quando as/os estudantes secundaristas ocuparam as suas escolas em resposta a um cenário de acentuamento de um projeto neoliberal internacional que ameaçava a educação pública, assim como outros setores sociais. Ao ponderar esses dois momentos, é realizada uma

¹ Mestra em Educação. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Brasil, clasenjulia1@gmail.com.

² Mestra em Educação. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Brasil, livianlino@gmail.com.

³ Doutora em Psicologia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Brasil, alineaccorssi@gmail.com.

busca pelas congruências do movimento estudantil secundarista, e dos acúmulos políticos gerados por ambas as ações, como construtoras de um formato de resistência frente os ataques em curso.

As/os estudantes brasileiras/os, ao ocuparem suas escolas no ano de 2016, não apenas assumiram a linha de frente da organização do conjunto da sociedade, diante dos ataques que se impuseram naquele período, mas também, colocaram-se em diálogo com outras lutas e inspiraram-se nas/os estudantes chilenos para construir um movimento com coerência internacionalista: “*Acabou a paz, isso aqui vai virar o Chile*”, gritaram aos quatro cantos do país. Ecoaram os atos dos Pinguins⁴ no Chile, e estudaram formas de ação para resistir diante de um período de intensificação dos ataques. Essas ações apresentaram um caráter internacional presente na luta do movimento estudantil secundarista. E, é essa interligação de ambos os movimentos que buscamos aqui investigar. Na intenção de compreender aspectos conscientizadores e construtores de um repertório político do movimento estudantil secundarista naquele período. Sendo repertório político o conjunto de ações disponíveis aos sujeitos em cada tempo histórico (TILLY apud ALONSO, 2012).

Neste sentido, pretendemos compreender dois diferentes movimentos de resistência dos/as secundaristas, como meio de explorar seus nexos e redes simbólicas de ação, os quais conforme Ilse Scherer-Warren (2008) significam: “esses nexos em formas expressivas, comunicativas e em pautas políticas comuns a várias organizações, criando identidades coletivas que possibilitam a articulação dos movimentos específicos numa rede de movimentos sociais” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 507).

Nesse sentido que colocamos aqui como questão central para compreensão de tal identidade coletiva constituída pelo movimento estudantil secundarista latino-americano no período recente: quais as proximidades e possibilidades políticas decorrentes destes dois movimentos, a Revolta dos Pinguins no Chile (2006) e as Ocupações Secundárias no Brasil (2015 e 2016)?

1. Consciência política e formas de resistência

⁴ Denominação para os/as estudantes chilenos receberam durante os movimentos estudantis ocorridos em 2006.



O movimento estudantil secundarista é debatido neste trabalho, como uma possibilidade de ponderação acerca da resistência internacionalista, no sentido de conjecturar as intermediações dos movimentos sociais na América Latina, como parte de um processo de conscientização e organização social. Não se ignora, nesta articulação, a diversidade identitária presente nos movimentos sociais como um todo, que assume um formato de luta de acordo com o próprio contexto sob o qual se forma e traça sua ação, mas levantamos como relevante uma análise da unidade de resistência constituída diante do inimigo comum, expresso no imperialismo e nas classes dominantes nativas (NETTO, 2017) como aspecto central na organização da classe trabalhadora em seu caráter mundial.

Por meio dessa aproximação investigativa, buscamos compreender os formatos de organização assumidos na realidade contemporânea latino-americana, e de que forma estas diferentes ações políticas se entrelaçam e conduzem novos contextos de resistência. Reflexão que transpassa a compreensão da formação histórica das nações colonizadas, como aspecto que configura uma identidade de resistência, e repertórios políticos traçados a partir de uma *práxis* comum, que advém do histórico de colonização e necessária resistência, presente na América Latina.

Assim, torna-se preciso refletir sobre as marcas da formação histórica como elemento determinante na consciência política dos sujeitos que resistem. De maneira que, os processos de luta aqui levantados não podem ser compreendidos de maneira isolada, mas a partir de seus encontros e congruências que geram uma força transformadora.

É estabelecido como ponto de partida para pensarmos estas proximidades, a busca pela superação das amarras históricas e exploratórias da ordem dominante, presentes nas ações de resistência. E a relação entre distintos contextos que expressam o rompimento com um isolamento, artificialmente projetado pela dinâmica societária do capital, e que é conduzido por meio de uma lógica de individualização das contradições da ordem. Conforme Netto (2017), a cada novo estágio do seu desenvolvimento, o capital inaugura expressões sociopolíticas correspondentes a uma intensificação da exploração, sendo assumido no atual momento, a dimensão do seu esgotamento, a face da barbárie, expressa com efetividade pelo dito tardo-capitalismo.

Ao refletir acerca da luta daqueles que insurgem em tal contexto de barbárie expressa pelo sistema econômico e nas relações políticas-sociais, é preciso desenvolver um olhar atento as conexões entre povos subalternizados. Diante da busca pela compreensão dos caminhos

necessários para uma aproximação política daqueles que partilham as mazelas da crise da globalização, em um contexto de instabilidade econômica e social. É preciso também questionar o processo de reconhecimento de si enquanto sujeito político, que vai à luta, segundo Freire (1987) essa seria exigência primordial para resistência e construção pela liberdade dos oprimidos.

Não poderia deixar de ser assim. Se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controlam os oprimidos, mais os transformam em “coisa”, em algo que é como se fosse inanimado (FREIRE, 1987, p. 29).

Assim, o processo de humanização dos sujeitos, e construção de uma consciência de si, ou de uma consciência política, transpassa também um rompimento com as relações de poder historicamente construídas e que garantem aos oprimidos o silêncio e passividade (FANON, 2005). É um movimento primordial para que os sujeitos possam resistir as relações opressivas, um reconhecimento humanizado de si mesmos, ou, conforme Paulo Freire (1987) para que os sujeitos possam ir à luta, é preciso que antes se reconheçam enquanto sujeitos, e não como “coisas”. E esse reconhecimento de si mesmo ocorre mediante o encontro com o outro e no desvendamento também dos outros enquanto sujeitos e não “coisas”.

Assim, o processo de conscientização dos sujeitos não é movimento individual, mas que decorre das relações estabelecidas, mediante o encontro com os outros, ao ver que as contradições que formam seu processo conflitivo de revolta são compartilhadas. Parte de um movimento de desvelar a “naturalidade” das relações de exploração e opressão, para compreender o caráter histórico dessas e a conseqüente possibilidade de sua superação.

Perceber as contradições que dão forma as vivências dos sujeitos inseridos na sociedade de classes é condição ao seu processo de consciência, o qual não ocorre de forma unitária ou linear, mas tende a revisitar suas diferentes formas ao longo do seu desenvolvimento (IASI, 2011). E seus significados dizem respeito a construção de uma consciência emancipatória, no sentido de superação da condição de opressão desumanizadora. Assim, o movimento da consciência exige aos sujeitos, desaprender limites intrínsecos em sua busca conscientizadora por Ser Mais, desaprendermos quem devemos ser, para aprender nossa *vocação histórica* enquanto sujeitos (FREIRE, 1987).

Neste âmbito, de necessária conscientização coletiva, é preciso pontuar as lutas que caminham no sentido de formação conscientizadora de uma resistência que busca romper com um isolamento imposto pelo projeto do capital, através de um aprendizado que não se encerra

em um período ou país, mas apresenta possibilidades de resistir e esboçar outros contextos possíveis. É nesse sentido que buscamos adentrar aqui o movimento de ocupação no Chile e no Brasil, a partir da compreensão das potencialidades presentes na referência esboçada pelas/os estudantes secundaristas brasileiros no ano de 2016 ao movimento chileno que ocorreu dez anos antes.

2. Os movimentos secundaristas do Brasil ao Chile

No ano de 2016 eclode no Brasil a Primavera Secundarista, movimento que decorre de outros momentos de luta. É, também, expressão de aspectos que permaneceram dos momentos antecedentes. Sem delimitação de onde se inicia e onde se encerra, escolas de dezenove estados do país são ocupadas por estudantes, em um movimento que perdura com organização nacional ao longo do segundo semestre do ano de 2016. Os/as estudantes mobilizaram setores da sociedade que pareciam adormecidos, resistiram e organizaram uma luta nacional. Para além disso, transformaram cotidianos e estruturas que pensavam imutáveis. Conforme Alexandre Virgínio (2017) coloca, “nas ocupações os jovens viveram, concomitantemente, a reflexão e a ação. Assim, o poder esteve controlado pela democracia participativa “[...] que é uma forma né de não burocratizar a luta” (Célia, 15, A)” (VIRGÍNIO, 2017, p. 52).

Ao pensar as ocupações no Brasil que ocorreram no ano de 2016, é preciso considerar que elas se articularam frente um conjunto de ataques que não se iniciaram naquele momento, mas tomaram um caráter ameaçador após golpe parlamentar que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores e posse do seu até então vice-presidente Michel Temer do Partido Movimento Democrático Brasileiro. Diante desse cenário diferentes setores sociais foram atacados e direitos históricos ameaçados, dentre esses a educação era setor fortemente atacado, com medidas como: PEC 241 que previa o congelamento de gastos públicos em setores essenciais como educação, saúde e seguridade social por vinte anos, a Reforma do Ensino Médio, medida que determinava uma reestruturação na organização e no currículo escolar, retirando a obrigatoriedade de algumas áreas como sociologia, filosofia, artes e educação física, assim como, apresentava aspectos que ameaçavam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Também o projeto Escola Sem Partido, articulado desde 2014 toma espaço naquele cenário para ser apresentado como projeto de lei, esse representava a concepção ideológico por detrás dessas medidas, com o

enquadramento do ensino crítico enquanto uma “doutrinação” e criminalização de professores/as.

Em resposta a esse cenário a ocupação das escolas se demonstra como tática política possível e necessária ao momento. Ao serem antecidos/as pelos/as estudantes paulistas que no ano de 2015 ocuparam cerca de 220 escolas, frente ao Programa de Reorganização Escolar imposto pelo governo de Geraldo Alckmin⁵ e, também pelo movimento latino-americano com a Revolta dos Pinguis no de 2006.

Durante o movimento espaços de ensino foram propostos pelos/as estudantes e uma reorganização do espaço escolar foi implementada ao longo dos dias que permaneciam na escola. Naquele espaço era vivenciado um projeto de escola e pautas políticas que visavam uma reestruturação daquele espaço eram exercidas pelas/os estudantes. Além disso, as/os secundaristas se somaram na resistência com outros setores sociais, participaram da articulação de resistência daquele período diante de direitos que eram ameaçados, demonstraram o seu movimento como uma alternativa no sentido de resistir, lutar e construir outra escola e outro rumo social.

Ao ocuparem suas escolas, esboçaram o significado pedagógico presente na sua luta, conduzida por um aprendizado político e social, que também não se limitava aqueles/as que ali estavam, mas era um convite à toda sociedade. A partir dessa vivência da escola estabelecem alguns nexos simbólicos que explicitavam que o movimento não começou ali e também estaria longe de terminar, pois o que de fato demarcavam com a ocupação das escolas era a possibilidade política da juventude secundarista reivindicar e participar ativamente da construção do espaço escolar e social. Experimentaram com as ocupações um conjunto de formatos de ação política que já eram apresentados pelo movimento dos Pinguis no Chile, e reinterpretam esse repertório de ação para o contexto brasileiro. Inicialmente, com a ocupação das escolas paulistas no ano de 2015, é traduzido um manifesto pelo coletivo O Mal-Educado⁶ que apresentava os significados e possibilidades políticas do movimento de ocupação:

⁵O Programa de Reorganização Escolar, imposto pelo governo de Geraldo Alckmin (PSDB), buscava a reorganização das escolas por ciclos de ensino, levando ao fechamento de diversas escolas e na redistribuição dos/das alunos/as entre as escolas já existentes.

⁶ Manifesto escrito por estudantes chilenos e argentinos sobre como e por que ocupar sua escola, traduzido por estudantes paulistas durante as ocupações de 2015 em São Paulo, Brasil.

O objetivo deste texto é explicar o plano de ação escolhido para a luta dos estudantes secundaristas da cidade. Nossa estratégia deve nos permitir vencer a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade. As ocupações massivas de colégios são uma das ferramentas dentro dessa estratégia. Para ganhar, todos devem saber o porquê brigamos, quando devemos atacar, quando é preciso recuar e quando é preciso dispersar. Se nunca atacamos, não seremos ouvidos, mas se também não dispersarmos no momento certo, vamos nos isolar e desgastar, e não conseguiremos o que queremos (O MAL-EDUCADO, 2015, p. 3).

Tal manifesto é um dos nexos demonstrados com o movimento de ocupação brasileiro, quando os/as estudantes deixaram claro que sua luta não representava uma resistência isolada, mas insurgia da disposição de revisar estratégias perante a experiência vivenciada em outros contextos e por outros processos de luta. E fizeram dessas experiências referências para pensar o curso das suas ações.

A Revolta dos Pinguins no Chile foi movimento que tomou atenção da mídia internacional, ecoou a ação dos/das estudantes, e deixou marcas no imaginário coletivo. Foi no ano de 2006 que os/as estudantes se manifestaram perante as medidas educacionais em voga, dez anos antes das ocupações dos/as secundaristas no Brasil.

No Chile, a ação dos/das secundaristas, tem no início pautas pontuais e, aos poucos, assume demandas mais abrangentes, transformando processos de compreensão da sociedade e deixando marcas que transpassam também outras conjunturas sociais. O contexto que eclode o movimento, é de aprofundamento da privatização do sistema de ensino, que tem parte do sistema gerido pelo empresariado e entidades religiosas, sendo cobrada uma mensalidade dos/das alunos/as, ao mesmo tempo que parte do seu recurso é estatal.

Sobre esse tema, é importante destacar o fato de que foi a iniciativa de um governo democrático, pós-Pinochet, que aprofundou a privatização do sistema educacional, ao permitir, em 1993, por meio da *Ley de Impuestos a la Renta*, que os estabelecimentos particulares subvencionados cobrassem mensalidades de alunos do ensino fundamental e médio. Tal liberalidade também foi concedida às escolas municipais de ensino médio (liceus) (Almonacid, s.d.; Rojas Figueroa, 1997), as quais, entretanto, por abrigar a população mais pobre, nunca puderam, em sua grande maioria, contar com esses recursos (ZIBAS, 2008, p. 201).

As demandas iniciais dos/das estudantes eram no sentido de reivindicação de melhorias no sistema de ensino. Segundo Cuandra (2008) eles/elas foram às ruas no final de abril de 2006, em um movimento massivo com quase dez mil estudantes, e tinham como pautas a gratuidade do passe escolar e a diminuição do preço da Prova de Seleção Universitária (PSU). Diante desses atos iniciais, o governo recém empossado de Michelle Bachelet, teve sua reação em dois sentidos: a desqualificação do ato dos/das estudantes e uma tentativa de apaziguamento do conflito político. Tal posicionamento do governo, e a própria força política que indicava o

movimento secundarista, gera um aprofundamento da sua organização, com a ampliação nas suas pautas e a ocupação das escolas.

Nesse momento produziu-se uma virada estratégica nas reivindicações dos estudantes. À medida que o conflito começou a se alastrar pelo país e que novos atores foram se somando ao movimento, ampliaram-se as demandas por reformas de caráter estrutural, como a reformulação da Jornada Escolar Completa (JEC) e a extinção da Lei Orgânica Constitucional do Ensino (Loce) promulgada (literalmente) no último dia do regime militar (10/3/1990). (CUANDRA, 2008, p. 183).

Foi implementado pelo governo, mediante a força política do movimento que os/as estudantes assumiram naquele período, um Conselho Assessor Presidencial para a Qualidade da Educação que tem como caracterização, conforme Cuandra (2008) o encargo de conciliação dos diversos setores da educação em conflito, no sentido de alterações na Lei Orgânica Constitucional do Ensino (LOCE), a qual é herança do período ditatorial. No entanto, tal conselho demonstrou-se distante das demandas dos/das estudantes e, ainda que composto por dirigentes secundaristas, dentre os 74 membros do conselho, suas ideias eram pouco ouvidas ou consideradas.

Diante de tal caracterização, foi reestabelecida a mobilização estudantil, no mês de outubro de 2006, com a ocupação de prédios públicos. Esta segunda onda de ação dos/das estudantes foi responsável pela mobilização de outros setores da educação e da sociedade. Desencadeou também uma onda de mobilizações, massivas e duradouras, que deixaram marcas na construção dos movimentos sociais de forma ampliada.

Desta forma, é possível visualizar permanências de tal movimento também nas mobilizações assumidas pelos/as estudantes secundaristas brasileiros/as, nos anos de 2015 e 2016. Os quais demarcaram tal vinculação internacionalista, em sua luta constituída em oposição as políticas brutais do neoliberalismo. Atentos e atentas à estratégia de apaziguamento dos movimentos sociais presente na gestão da democracia burguesa, a sua luta era no sentido de mudar o rumo da educação, de construir um projeto de escola e de ensino. O movimento deixou marcas na história, como um estudante esboça: *“Se o meu filho um dia for professor, ele vai contar a minha história, vai contar a história de todos aqueles que lutaram por uma educação melhor, por uma escola poder se chamar de escola”* (ACABOU A PAZ, Isto aqui vai virar o Chile!)⁷.

⁷ Fala de estudante participante das ocupações paulistas de 2015, extraída do documentário Acabou a Paz, isto aqui vai virar o Chile! (PONZATO, 2016).

Estes movimentos marcaram uma ação de enfrentamento, de rompimento com a passividade e um caminho de renúncia à lógica do consenso que predomina nas relações políticas, essencialmente nos países que detêm na sua formação história marcas traumáticas de conflitualidade do Estado. “É indubitável que os diversos governos que viveram a experiência “traumática” das ditaduras militares sentiram-se inclinados a adotar uma postura mais conciliadora e consensual a respeito do dever das diversas sociedades e das formas de resolver as disputas políticas” (CUANDRA, 2008, p. 179)

A mobilização dos/das secundaristas nos dois contextos investigados, toma a característica de uma explosão social, na medida em que não é prevista, pois mesmo diante de contextos de fragilidade social, os/as estudantes secundaristas são ideologizados como sujeitos espontâneos e imaturos. Espera-se atos de rebeldia, mas jamais uma ação organizada com caráter nacional e mobilizadora de outras categorias sociais.

Não é incomum a queixa dos alunos de que os adultos sempre os rotulam de irresponsáveis, inconstantes, de que eles não sabem o que querem da vida, de que eles não têm desejos, não encontram sentido em nada. Por isso, precisam ser tutelados, sob pena de perderem o controle, cometerem erros irreparáveis e/ou prejudicarem a si mesmos, aos seus amigos e familiares. Os adultos, disse uma estudante de uma escola ocupada, pensam que os jovens não sabem *qual é o seu lugar na sociedade* (DA SILVA, 2017, p. 69).

Em resposta a tal concepção social, os/as jovens secundaristas demonstram a força de resistência e traçaram caminhos à educação pública. Reivindicaram durante as ocupações um outro formato de ser em sociedade, compartilharam vivências e aprenderam mediante esta experiência. Elucidaram algo já projetado por teorias críticas da educação, e trouxeram na realidade concreta, vivenciada no cotidiano do movimento: a possibilidade de aprender com a experiência, o aprendizado a partir da luta! As ocupações foram nesse sentido formativas das/os estudantes.

3. Não começou lá e não terminou aqui

A aproximação política, organizativa e discursiva entre o movimento de resistência dos/das estudantes chilenos/as e brasileiros/as, não é mera coincidência, nem acaso. Decorre do próprio contexto histórico, econômico e político que abarca estes movimentos, de tal modo que delinear a dinâmica econômica, que toma forma no atual estágio do capital, e que em diferentes



proporções é âmbito gerador de uma revolta, é questão essencial para compreender a proporção política assumida pelos/as estudantes na Revolta dos Pinguins, no contexto chileno e na Primavera Secundarista, no Brasil.

Assim, o esforço teórico para a aproximação entre os movimentos ocorridos no Brasil e no Chile, não parte de um entusiasmo pelo universalismo a qualquer custo, e nem mesmo de uma transposição desses movimentos, ignorando suas diferenças. Mas expressa uma tentativa de percepção acerca dos nexos políticos e simbólicos que formam esta rede de movimentações, e consagram atos de resistência, como parte de um traçado emancipatório. Mais do que isso, deixam indícios de conscientização e organização dos/as trabalhadores/as em diferentes sociedades, e aplicam o caráter internacionalista da resistência, necessário para enfrentar a ordem exploratória mundial do capital.

A construção coletiva de outros possíveis contextos, oriunda das ações dos movimentos sociais, é elemento essencial para pensar os processos políticos em curso, assim como, a idealização da emancipação do pensamento social, emergente destes processos. Para que esta construção ocorra é preciso não apenas uma viabilização da convergência entre movimentos, mediante pautas similares, ou contextos próximos, mas, parte da construção de uma consciência coletiva, na medida em que o sujeito se identifica como parte de algo, que ultrapassa sua individualidade. E, vislumbra através desse reconhecimento, o papel histórico de transformação social, ao conceber na organização coletiva, caminhos para construção de si e de outras possíveis realidades.

A libertação é, portanto, mais do que resultado de um momento pontual. É um processo de luta, que incorre da participação dos sujeitos, uma participação no formato de engajamento decorrente da construção coletiva e do próprio processo de reconhecimento do sujeito como sujeito histórico. Esse, não mais vê a sua ação em uma simplicidade individualista, mas ao querer-se livre, quer o ver outro livre também. E, o outro, aqui não é o avesso dele, mas os diferentes povos que compartilham das marcas da exploração social, sendo esse processo parte do movimento da consciência dos sujeitos.

Assim, as lutas dos/as secundaristas aqui revisitadas, não são atos isolados ou dissonantes da amplitude dos movimentos sociais, mas parte de uma reação ao neoliberalismo e ao sistema de mercantilização da vida, adotado mundialmente e de forma brutal nos países da América Latina. Se constituem como parte de um sistema conflitivo de disputa por um horizonte social mais justo, o qual conforme Galvão (2008), é contribuinte de um processo de politização da

sociedade civil e gerador de novas práticas sociais, ao romper fronteiras isoladoras. Assim, mesmo diante da variedade de ação e discursos ideológicos presentes nas redes de movimentos sociais, o caráter político e, portanto, a disputa política é o que gera o sentido da sua ação coletiva.

Considerações Finais

Com este trabalho buscou-se aproximar os nexos simbólicos presentes entre as ações dos movimentos estudantis secundaristas, no sentido de refletir sobre uma necessária superação do isolamento politicamente arquitetado pela ordem dominante. Além disso, procurou-se refletir sobre o aspecto conscientizador presente na luta, e os significados presentes na referência política assumida pela ação secundarista.

Ressaltamos a necessidade de construção de uma unidade, não homogeneizante, mas que constrói resistência apontando para um horizonte de possível superação das amarras históricas que se mantêm presentes aos sujeitos. Assim como, os repertórios de ação coletiva não são criados de maneira isolada, mas a partir do reconhecimento conflitivo do outro e de si como agente de transformação, que pretende romper com a história forjada a partir da opressão do capital.

Podemos perceber que, com as manifestações protagonizadas pelos/as estudantes, de lá e de cá, existem nexos simbólicos de ação e redes de organização social que criam uma unidade sem precisar homogeneizar os sujeitos, mostrando que existem permanências de tais movimentos até os dias de hoje e que ainda reverberam nas ações políticas e ganham força com a internacionalização das lutas.

Como exemplo de tais permanências que resultam da revolta dos sujeitos e que desencadeiam a organização de movimentos populares frente a dominação do capital com o avanço de políticas neoliberais, especialmente ocorridas a partir dos processos eleitorais dos últimos anos, com uma virada ao conservadorismo, na América latina há um prenúncio de esperança como por exemplo as greves de mulheres, afim de deixar claro o papel fundamental e não remunerado do trabalho reprodutivo, bem como a última eleição na Bolívia, que o povo deu uma resposta ao processo de ascensão de governos neoliberais que chegaram ao poder através de golpes contra o povo.

No período próximo também emergiu no Chile uma revolta popular que derruba a constituição de Pinochet, e através de um plebiscito decidiu com 80% dos votos da população aprovar uma assembleia constituinte, e agora tem a possibilidade de transformar, por exemplo, seu sistema de saúde, aposentadorias, privatização da água e os direitos das mulheres e da população indígena.

Tais protestos foram apontados como a maior manifestação no Chile desde o final da ditadura de Augusto Pinochet. Em resposta aos movimentos, o governo anunciou uma série de medidas em que afetaria justamente o que agora poderá ser mudado com uma nova constituinte, como por exemplo as aposentadorias. A resposta do Estado às manifestações geralmente é truculenta, de repressão e de punição contra o povo, o qual se percebe como sujeito de ação política, através do processo de conscientização, e que ao se organizar contra o desmonte neoliberal, é combatido por agentes públicos, tais como a própria polícia já que o objetivo dos governos conservadores são o de realizar a manutenção dos interesses do capital.

O ato do Chile, com a aprovação da assembleia constituinte, ecoa no Brasil, que desde 2018, após a eleição do candidato que fez campanha com discurso religioso, de apoio à ditadura, à tortura e à morte, vive um momento de crise política e econômica que revela o aumento das desigualdades sociais, as quais pareciam terem sido minimamente apaziguadas com políticas públicas como por exemplo o bolsa família.

O atual presidente do Brasil, cria um clima de instabilidade e desconfiança, negando a ciência e colocando em risco a população com uma postura negacionista com relação ao vírus que deixou o mundo em alerta. A aprovação da assembleia constituinte no Chile é recebida com comemorações dos movimentos sociais, que só não ocuparam as ruas pelo contexto de pandemia mundial e a necessidade de isolamento social, que nem todos podem cumprir. Ainda assim, é respiro de esperança que a revolta popular se mantém viva, mesmo diante de contextos de intensificação de governos conservadores e reacionários. A luta dos/as chilenos/as é esperança no Brasil da possibilidade de insurgências e de construção de outros contextos. Afirmativa da formação de uma identificação compartilhada, mediante um sentimento de solidariedade que permite este encontro de diferentes povos com possibilidades de resistência.

REFERÊNCIAS

ACABOU A PAZ, Isto aqui vai virar o Chile! Escolas Ocupadas em SP. Direção de Carlos Pronzato, 60min, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LK9Ri2prfNw>. 60min. Acessado: 03/07/2019.

ALONSO, Angela. As teorias dos Movimentos Sociais: Um balanço em debate. **Revista Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

DA SILVA, Rosimeri Aquino. Estudantes Ocupadores: representações ou contra representações de um novo personagem social. In: CATTANI, Antonio David (org). **Escolas Ocupadas**. Cirkula, Porto Alegre, 2015.

DE LA CUANDRA, Fernando. Conflito Social e Movimento Estudantil no Chile. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 42, p. 173-194, jul-dez de 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALVÃO, Andréia. Os Movimentos Sociais Da América Latina em Questão. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 8-24, jul.-dez. 2008.

NETTO, José Paulo. A crise global e a significação da ofensiva neoliberal. In: **José Paulo Netto. Ensaios de um marxista sem repouso**. (org) Marcel Braz. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. A face contemporânea da barbárie. In: **José Paulo Netto. Ensaios de um marxista sem repouso**. (org) Marcel Braz. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. Nota sobre o marxismo na América Latina. In: **José Paulo Netto. Ensaios de um marxista sem repouso**. (org) Marcel Braz. São Paulo: Cortez, 2017.

O MAL-EDUCADO. **Como ocupar um colégio?**: manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile. Disponível em: <<https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colic3a9gio.pdf>>. Acesso em: 8 de maio de 2019.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes De Movimentos Sociais Na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?. **Revista Caderno CRH**, vol. 21, núm. 54, set-dez, p. 505-517, Salvador, 2008.

VIRGÍNIO, Alexandre Silva. Educação, juventude e participação democrática: o que se aprende nas escolas ocupadas. In: CATTANI, Antonio David (org.). **Escolas Ocupadas**. Cirkula, Porto Alegre, 2015.

ZIBAS, Dagmar M. L. “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 38, p. 199-408, maio/ago. 2008.